



DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III

6 – GOVERNANÇA URBANA

Nova York, dia 31 de maio de 2015

(Versão não editada 2.0)





DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE GOVERNANÇA URBANA

PALAVRAS-CHAVE

Diálogo entre os governos nacionais e locais, governança metropolitana, administração pública transparente e eficiente, inovação, governo local, participação de cidadãos/população, inclusão, subsidiariedade, prestação de contas, capacidade local e coesão territorial.

PRINCIPAIS CONCEITOS

Governança urbana – Programa (“software”) que permite o funcionamento do equipamento (“hardware”) urbano, o ambiente propício que requer quadros legais adequados, processos políticos, administrativos e gerenciais eficientes, assim como instituições locais fortes e capazes de responder às necessidades dos cidadãos.

Descentralização – Processo de reorganização do Estado que envolve a transferência gradual de responsabilidades originalmente concentradas no governo central para outras esferas de governo (federal, regional, provincial ou municipal). Para ser eficaz, é necessário prover os poderes e recursos adequados para suprir essas responsabilidades. Envolve também a distribuição justa dos recursos e responsabilidades entre diferentes esferas do governo. O princípio por trás desse processo é a convicção que a tomada de decisão e a implementação são mais eficientes quando realizadas o mais próximo possível dos cidadãos (princípio da subsidiariedade).

Autogoverno local - Capacidade do governo local de gerir assuntos públicos nos interesses da população local, dentro do limite das leis como reconhecido pela legislação nacional. Esses direitos e responsabilidades podem ser políticos, (capacidade de eleger suas próprias estruturas governamentais, elaborar políticas, tomar decisões e exercer suas funções independentemente de outras esferas governamentais em assuntos relacionados às suas competências), financeiros (capacidade de acessar recursos adequados para realizar suas responsabilidades e usá-los livremente) ou administrativas (capacidade de se auto-organizar).

Governança multinível – Sistema de tomada de decisões para definir e implementar políticas públicas produzidas por uma relação colaborativa tanto vertical (entre diferentes níveis de governo, incluindo nacional, federal, regional ou local) quanto horizontal (no mesmo nível, isto é, entre ministérios ou entre governos locais) ou ambos. Inclui também a parceria com atores da sociedade civil e do setor privado para alcançar objetivos comuns. Para ser eficaz, a governança multinível deve ser consolidada no princípio de subsidiariedade, no respeito à autonomia local e estabelecer mecanismos de confiança e diálogo estruturado.

Localização da Nova Agenda Urbana – A Nova Agenda Urbana necessitará ser implementada em municípios, cidades e áreas metropolitanas, isto é, nos níveis locais. O termo “Localização” leva em conta os contextos territoriais, governamentais e partes interessadas locais, na definição das novas



prioridades da Nova Agenda Urbana, para sua implementação e definição de indicadores para monitorar o progresso.

DADOS E FATOS IMPORTANTES

- Nas palavras do Secretário Geral da ONU, “nossa luta pela sustentabilidade global será vencida ou perdida nas cidades”¹. Administrar o crescimento urbano é uma responsabilidade compartilhada entre os governos locais, regionais e nacionais.
- Atualmente, existem mais de 500.000 governos locais e regionais no mundo, desde cidades extremamente pequenas a grandes megalópoles. Eles emergiram como condutores institucionais chave para o desenvolvimento e para alavancar mudanças na promoção do crescimento inclusivo. Cidades são locais para a inovação, onde são gerados 70/80% do produto interno bruto global e onde a criação de novos empregos acontece. Cidades são, portanto, parceiros necessários para a definição, implementação e monitoramento da Nova Agenda Urbana.
- Na última década, políticas de descentralização proveram autoridades crescentes e recursos para os governos locais². Suas quotas de despesas nacionais cresceram de uma média mundial de 13% nos anos 1980 a 19-20% no final dos anos 2000. Na América Latina, governos locais representam 12% das receitas governamentais e 19% de seus gastos; enquanto que na África Subsaariana a quota gira em torno de 3% das receitas e 8% dos gastos.
- A maioria das megacidades e grandes cidades estão localizadas no Sul global e espera-se um número maior emergir na África, América Latina e Ásia até 2030³. A dimensão metropolitana está se tornando cada vez mais relevante pois as cidades são mais independentes com seus assentamentos adjacentes e interiores, uma contínuo de-facto em termos de urbanização, crescimento econômico, empregos, impactos ambientais, transportes e pertença cultural.
- Ao longo dos próximos 25 anos, a maior parte do crescimento das cidades (pelo menos 90%) acontecerá em países de baixa-renda, alguns dos quais são Estados frágeis atormentados com conflitos recorrentes⁴. Mais de 1,5 bilhão de pessoas vivem em países afetados pela fragilidade estatal e conflitos violentos⁵. Estados frágeis geralmente apresentam as maiores taxas de urbanização, em parte devido ao movimento massivo da população dos centros rurais a urbanos devido a conflitos. Essa projeção clama por implantar uma administração de finanças públicas transparente e responsável, particularmente em projetos de infraestruturas, com o intuito de minimizar oportunidades para a corrupção, ajudando por sua vez, a impedir ciclos de violência e impunidade.

Cinco fatores chaves que resumem a tendência dos últimos 20 anos

- A Agenda Habitat (1996) reivindica um “ambiente propício” caracterizado pela descentralização de responsabilidade e recursos; participação da sociedade civil; uso de parcerias; e a capacitação

¹ Secretário Geral da ONU Ban-Ki Moon, Remarks to High Level Delegation of Mayors and Regional Authorities, UN Headquarters, 23 de abril de 2012.

² UN-Habitat International Guidelines on decentralization and strengthening of local authorities aprovado pelo Conselho Administrativo em 2008, na Resolução 21/3.

³ Relatório UN DESA sobre ‘World Urbanization Prospects’ (2014).

⁴ New UN Urban Agenda Policy Paper, Outubro 2014, CEB/2014/HLCP-28/CRP.5.

⁵ A OECD estima que em 2050, 50% da população mundial mais pobre viverá nesses contextos. OECD Environmental Outlook to 2050: The Consequences of Inaction – ISBN 978-92-64-122161 © OECD 2012.



dos envolvidos na tomada de decisão e em políticas de desenvolvimento urbano. No parágrafo 45, Estados Membros se comprometem com o objetivo de “capacitar lideranças locais, promover regimes democráticos, exercer autoridade pública e usar recursos públicos em todas as instituições públicas em todos os níveis, de maneira que seja favorável a assegurar uma governança transparente, responsável, justa, efetiva e eficiente em cidades, municípios e áreas metropolitanas”. Quase 20 anos se passaram, entretanto em diversos contextos a falta de adequação do quadro legal e capacidades institucionais e financeiras ainda têm impedido uma governança urbana eficaz.

- A importância da governança efetiva ganhou maior relevância nos debates globais, particularmente na Declaração da Rio+20. O documento “O futuro que queremos” reconhece no artigo 76 que “uma governança efetiva em nível local, subnacional, nacional, regional e global que represente as vozes e os interesses de todos é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável”, frisando “a importância das ligações existentes entre os principais problemas e desafios e a necessidade de uma abordagem sistemática dos mesmos em todos os níveis pertinentes”.
- As cidades proporcionam muitas oportunidades para fomentar o desenvolvimento sustentável, mas também suscitam diversos desafios para igualdade⁶, com diferentes níveis de acesso a representações políticas e poder, oportunidades econômicas, serviços básicos ou segurança. Essas situações geralmente se degeneram em conflitos, já que o Estado de Direito e sistemas administrativos são incapazes de lidar com a crescente desigualdade. A competição sobre o controle de cidades e seus recursos marca a paisagem de muitos Estados frágeis, incapazes de fornecer mecanismos institucionalizados para uma resolução política, contendo exclusão social de larga escala, conflitos e instabilidades que muitas vezes se degeneram em radicalização.
- O ritmo acelerado da urbanização demanda novos padrões de governança para enfrentar novas formas urbanas – megacidades, corredores urbanos, metrópoles -, melhorar a administração das cidades, particularmente em países em desenvolvimento, e aumentar a colaboração urbana-rural. A nova agenda urbana transformativa requisita que todas as partes interessadas relevantes, incluindo mulheres e suas organizações, encontrem novos conhecimentos e a trabalhem juntos de maneira mais eficiente. Cidadãos precisam de respostas rápidas e flexíveis para enfrentar os desafios urbanos e solucionar as necessidades diárias. Governar sem os cidadãos vem se tornando quase impossível e muitos governos locais já estão experimentando experiências inovadoras como orçamentos participativos, comitês de vizinhança, conselhos juvenis, soluções de governança eletrônica etc.
- Como configurações e interações urbanas estão se tornando mais complexas e interdependentes, a governança efetiva requer uma liderança do setor público forte e capaz, necessariamente responsável por assegurar o acesso a melhores condições de vida a todos, e por regular e defender bens comuns. Em muitas partes do mundo, a prestação informal dos serviços básicos e a evasão fiscal causada pela economia informal continuam sendo uma das maiores ameaças à boa governança. As finanças municipais precisam reconhecer a importância das receitas locais, e a qualidade e acessibilidade dos serviços básicos precisa ser de responsabilidade pública. A corrupção local constitui um dos maiores flagelos do mundo urbanizado: o desvio de recursos do domínio público apaga a crença nos benefícios da vida em comunidade. Permitir o acesso à

⁶ UN-Habitat estima que mais de dois terços da população mundial vive em cidades onde a desigualdade de renda aumenta desde os anos 1980. The Economist, “A new form of radical centrist politics is needed to tackle inequality without hurting economic growth” 13 de Outubro de 2012.



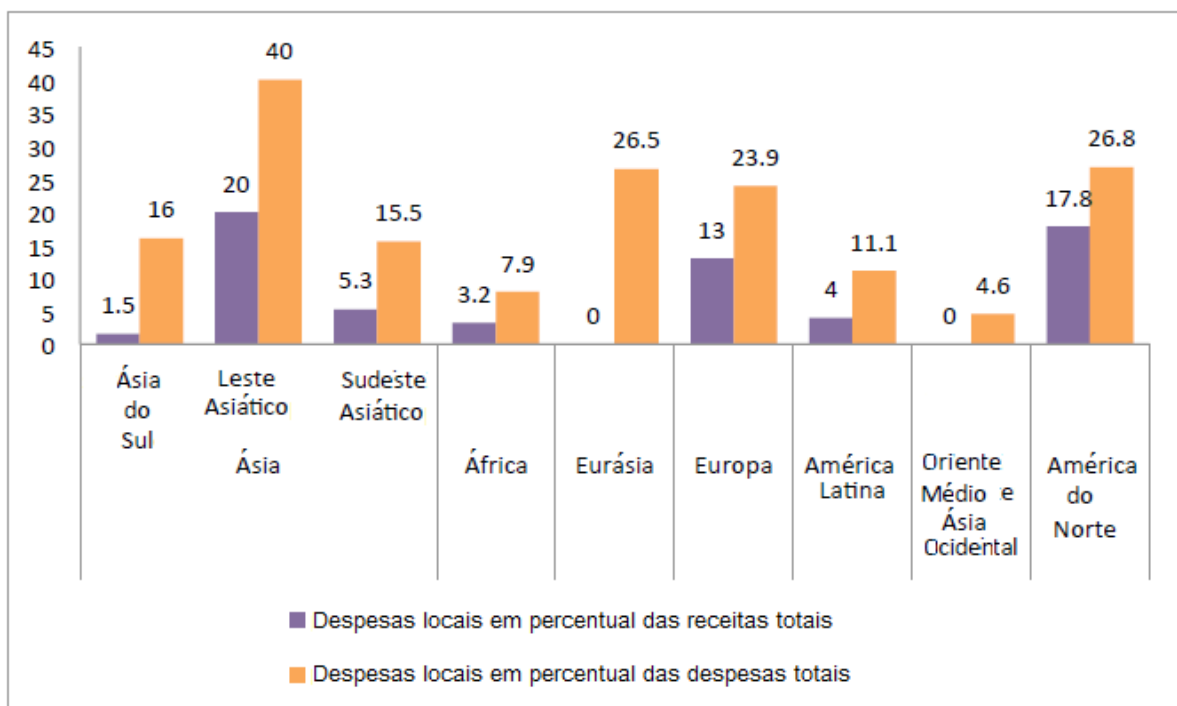
informação e prevenir conflitos de interesses são essenciais para manter a confiança pública e a cidadania engajada. É igualmente importante assegurar a transparência e a prestação de contas no setor privado, particularmente entre aqueles que fazem negócios com o setor público. Consequentemente, a prestação de contas e transparência estão mais do que nunca no núcleo da governança urbana para assegurar a confiança na capacidade do público em proteger os bens comuns e gerar uma melhor administração das finanças e propriedades públicas.

RESUMO DO TEMA

Conhecimento

- Cidades precisam incluir mais e mais vozes para responder aos desafios da governança urbana. A governança urbana efetiva requer uma relação mais sofisticada com responsabilidades claramente atribuídas, uma colaboração mais forte entre diferentes níveis de governo (governança multinível), e meios de interação mais regulares e criativos com a sociedade civil.
- A interdependência entre todas as esferas de governo é hoje mais forte que nunca. Nós precisamos de uma descentralização efetiva e governos locais fortes com os recursos apropriados, mecanismos transparentes, e poder legal para responder às demandas dos cidadãos. Ainda assim, muitos países manifestam uma lacuna crescente entre as responsabilidades e os recursos alocados em governos locais. Para elevar a mobilização de recursos locais, os governos locais precisam reforçar suas capacidades para gerar receitas locais e ter acesso às partes adequadas dos recursos nacionais através de transferências previsíveis e mecanismos equalizadores.

Figura 1 – Proporção de despesas locais, por regiões



Fonte: GOLD Report II, UCLG, 2010.



Nota: o fato das despesas locais como proporção das despesas públicas ser elevadas no leste asiático não é necessariamente correlato com o nível existente de descentralização.

Política

- Programas de capacitação ainda são necessários para fortalecer as competências de todas as partes interessadas em torno de: estruturas organizacionais, administração de orçamentos e ativos, aperfeiçoamento da mobilização de recursos endógenos, planejamento urbano integrado, entrega de serviços inclusiva, execução de quadros legais, promoção do desenvolvimento econômico e social, assim como planejamento e orçamento sensíveis ao gênero.
- Isto é particularmente relevante para as áreas metropolitanas onde a fragmentação a causa perda de oportunidades em relação à eficiência da prestação de serviços; transbordamento das fronteiras jurisdicionais e desigualdade entre rendimentos regionais e níveis de serviços. Estimular a cultura de cooperação deve ajudar a superar governanças fragmentadas em uma escala metropolitana, reduzir o impacto das externalidades e promover uma maior inclusão, eficiência e competitividade. Mecanismos de coordenação estão emergindo: cooperação intermunicipal, incentivos legais para cooperação, agências de planejamento e desenvolvimento, arranjos para a divisão dos custos de prestação de serviços com abrangência metropolitana, fundo de desenvolvimento metropolitano, acordos de coordenação de impostos, “pools” de financiamento, vínculos aperfeiçoados entre programas dos governos nacionais e locais e políticas para assegurar a eficiência e redução do desequilíbrio.
- Monitoramento das performances, orçamentos transparentes, gestão adequada de ativos públicos, relatórios públicos e acesso à informação para cidadãos assim como a aceitação das responsabilidades e erros públicos são vitais para uma liderança responsável. O aperfeiçoamento dos mecanismos de prestação de contas está se tornando central para a governança municipal e metropolitana.
- Governos locais e regionais estão em uma posição forte para empoderar seus habitantes à participação total na vida local política, social, econômica e cultural, o que ajudará a melhor abordar as desigualdades, os grupos marginalizados e as pessoas vulneráveis. Para isso, garantir o acesso à informação é essencial ao comprometimento dos cidadãos. Além disso, para reforçar a confiança pública nas instituições governamentais, as autoridades devem por em voga mecanismos anticorrupção, de acordo com os padrões internacionais aplicáveis.
- O aperfeiçoamento das capacidades de governos também depende de uma coleta de dados aprimorada. O processamento e a divulgação dos dados e indicadores desagregados por sexo e idade precisam incluir um embasamento territorial (repartição) para estar prontamente disponível para apoiar o planejamento local e monitorar o desenvolvimento urbano.
- A governança urbana deve garantir que a facilitação da segurança e do desenvolvimento sejam parte do processo de planejamento. Isso representa esforços deliberados em forjar acordos políticos de desenvolvimento (assim como a nível político nacional), capacitar o envolvimento do cidadão, especialmente em áreas informais e os relacionar com instituições das cidades, facilitar a coesão social e criar oportunidades para a mobilidade social e econômica.
- A fragilidade nas cidades não é meramente para aquelas consideradas em conflito, mas os níveis crescentes de violência e crimes armados também devem ser considerados. A conjugação da urbanização explosiva e incontrolada com fracas estruturas de governança em muitas cidades em países frágeis põe severamente em risco tanto a sua resiliência, quanto a dos estados ao qual

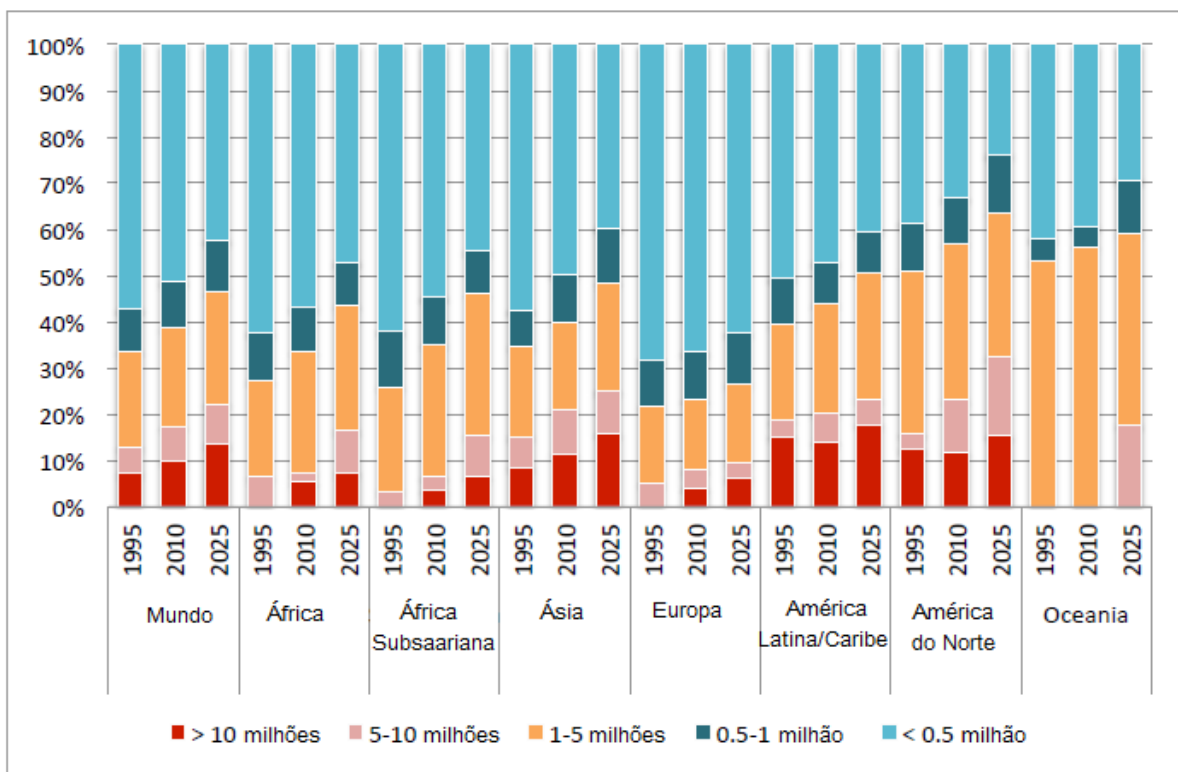


pertencem. O papel dos governos locais em situações de pós-recuperação e pós-conflito é agora é enfatizado como o primeiro nível para restaurar a confiança e segurança.

As boas práticas de governança urbana também são necessárias para assegurar a sustentabilidade e resiliência ambiental, combater as mudanças climáticas, preservar os ecossistemas e biodiversidade, e construir mais comunidades locais mais resistentes às ameaças humanas e naturais. Os processos de nova governança ajustados e redimensionados à escala do ecossistema devem ser promovidos⁷, assim como a consideração das infraestruturas verdes e de serviços de ecossistema como oportunidades para o desenvolvimento das cidades⁸.

Sem uma boa governança urbana, o ganho a curto prazo do desenvolvimento econômico continuará a triunfar sobre os objetivos da sustentabilidade ambiental, da qual a sustentabilidade econômica e social dependem em última instância.

Figura 2 – Percentagem da população morando em cidades por tamanho e por região 1995, 2010, 2025 (estimado)



Fonte: Prospectos urbanos ONU, 2011

⁷ Cohen, A., McCarthy, J. (2015). Reviewing rescaling: Strengthening the case for environmental considerations. *Progress in Human Geography*, Vol. 39(1) 3–25.

⁸ Elmqvist, T., Fragkias, M., Goodness, J., Güneralp, B., Marcotullio, P. J., McDonald, R. I., ... Wilkinson, C. (Eds.). (2013). *Urbanization, Biodiversity and Ecosystem Services: Challenges and Opportunities*. Dordrecht: Springer Netherlands.



Compromisso

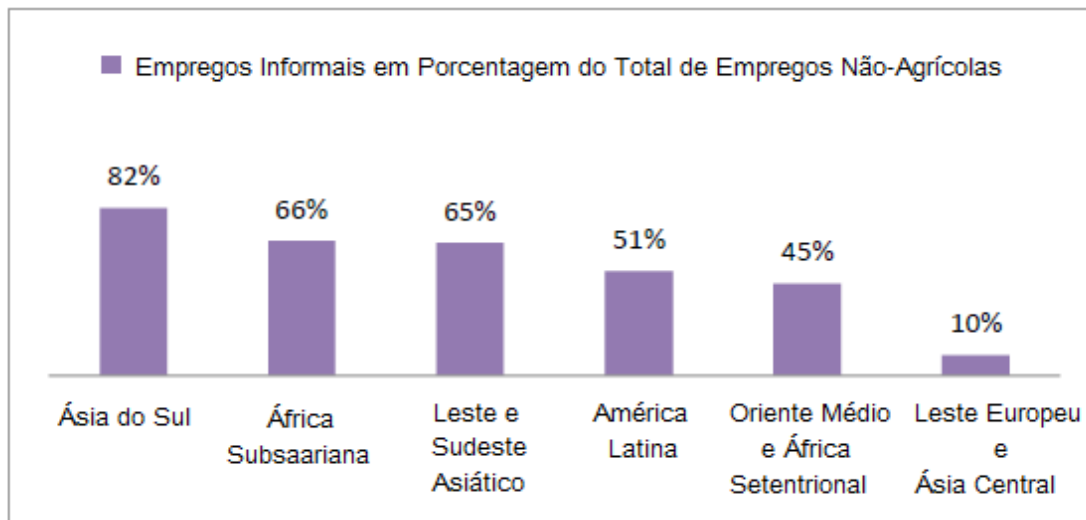
- No contexto dos países de baixa renda com um sistema informal de prestação de serviço em grande escala, é necessário um suporte apropriado para melhorar o acesso universal a serviços básicos e reduzir a pobreza e exclusão em colaboração com a sociedade civil, particularmente nas vizinhanças marginalizadas e em comunidades carentes dos países em desenvolvimento. O grande caráter informal do crescimento urbano significa que os residentes são excluídos da prestação de serviços públicos, mercados de trabalho formal, e da proteção da segurança do estado. Fornecimento informal de serviços básicos, como água ou eletricidade, representam um risco para a saúde, controle de qualidade, e são em alguns casos mais caros do que a provisão municipal formal.
- Mais profundamente, essa marginalização e injustiça desgastam a legitimidade pública para fornecer acesso igualitário a serviços a todos os residentes urbanos. Além disso, prejudica a sustentabilidade das finanças municipais uma vez que a coleta de impostos não é assegurada. O tamanho da informalidade nas áreas urbanas (em termos de economia local gerada, emprego e espaço) e sua complexidade com o setor formal é tanta que já não pode mais ser contornada. Existem modos emergentes para promover a colaboração entre o setor informal e o formal, contando com cooperativas e sociedade civil organizada, através da implementação de políticas locais inclusivas (vendedores ambulantes, catadores de lixo etc.). Os governos locais devem contribuir para integrar o setor informal no tecido urbano através da regulação, supervisão e apoio orientado, incluindo a coprodução dos serviços públicos.
- Em um mundo cada vez mais urbanizado, os governos locais estão assumindo maiores responsabilidades na administração urbana e a prestação de serviços. Mas eles não podem agir sozinhos. Há uma necessidade crescente de parcerias e colaborações com comunidades, setor privado, sociedade civil e organizações das mulheres, assim como com o governo central e outros níveis. No entanto, governos locais devem ser empoderados e também responsáveis por assegurar o acesso universal a serviços e a preservar os bens públicos.
- As cidades, devido a seus tamanhos compactos e contiguidade, oferecem o melhor potencial para o desenvolvimento de instituições inclusivas para administrar conflitos políticos, criar espaços críticos para formas institucionalizadas de debates e participações políticas e facilitar novas configurações de representação política através de atores da sociedade civil, operando com mecanismos de participação do governo.
- Acesso à informação, participação pública e transparência são incentivos para diferentes partes interessadas envolvidas na formulação urbana. Uma abordagem ascendente e a participação de comunidades de base na administração da cidade e na formulação de políticas são importantes, já que trabalham e vivem nas localidades e assim estão melhores posicionadas para contribuir em projetos locais.
- A governança urbana saudável é adequada aos gêneros e requer o empoderamento das mulheres em liderança local e assuntos públicos. Globalmente, mulheres são brutalmente sub-representadas em cargos de prefeituras e em instituições de governança local. Em todas as regiões, o número está abaixo de 15% do total de prefeituras⁹. Apesar da grande falta de dados, a evidência existente nos mostra que quando mulheres são representadas em posições de tomadas de decisões, as prioridades das famílias, mulheres, minorias étnicas e raciais são abordadas em maior escala.

⁹ UN Statistics Division based on UCLG data from 2009. The World's Women 2010: Trends and Statistics by United Nations 2010



- A governança urbana saudável também facilita a inclusão e a participação dos jovens e das minorias. O uso das mídias sociais e o ativismo urbano dos jovens no contexto das reformas populares tem se enraizado frequentemente nas áreas urbanas e nos enclaves subnacionais, melhorando políticas sociais, participação dos cidadãos e a prestação de contas em vizinhanças carentes onde até mecanismos formais (eleições, sistema de freios e contrapesos, os “checks and balances”) falharam nas mesmas áreas¹⁰.
- Como o setor privado é agora um ator essencial para a governança urbana, parcerias equilibradas devem ser implementadas para assegurar que o setor público ainda dirija as políticas locais. Parcerias-Públicas-Privadas-Populares (PPPPs) estão emergindo para administrar as dinâmicas de poder com tais colaborações.
- As administrações públicas devem levar em consideração o surgimento e constante proliferação das mídias sociais e tecnologias de administração urbana inteligentes que podem ser uma oportunidade para promover escolhas públicas democráticas.
- As associações governamentais locais são parceiros chave para promover o diálogo entre os governos locais e nacionais, reforçando a abordagem da governança multinível, identificando e comunicando estratégias bem-sucedidas aplicadas em nível local e estabelecendo uma cooperação horizontal entre governos locais e regionais no nível nacional e internacional.

Figura 3 - Emprego Informal como Porcentagem do Total de Empregos Não-Agrícolas 2004-2010



Fonte: Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture Second Edition, International Labour Office – Geneva: ILO, 2013

PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

- Governos locais fortes, capacitados, habilitados e prestadores de contas para reforçar a governança urbana – estruturas organizacionais e institucionais adequadas, sistemas de financiamento efetivos e procedimentos para fortalecer a mobilização de recursos domésticos

¹⁰ Infrastructures of Consent Interrogating Citizen Participation Mandates in Indian Urban Governance, Coelho, K. Kamath, L. and Vijaybaskar, M. IDS Research Summary of IDS Working Paper 362 Publisher IDS



públicos, promover um planejamento urbano estratégico participativo e administrar o desenvolvimento urbano sustentável.

- Quadros efetivos descentralizados para destravar a governança urbana e regional, com uma distribuição clara de poderes, responsabilidades e recursos, permitindo uma governança multinível mais forte e relações colaborativas entre diferentes níveis de governo, baseado no princípio de subsidiariedade (“a provisão de serviços deve ser assegurada o mais próximo das pessoas, e ainda ser eficiente”).
- Governança metropolitana e de megacidades melhoradas – com instituições de coordenação metropolitanas efetivas, instrumentos e mecanismos de financiamento, baseadas no consenso político entre governos locais, para reduzir a fragmentação metropolitana e o impacto das externalidades negativas, apoiar o desenvolvimento metropolitano, o fornecimento de serviços e infraestrutura planejados e resilientes em toda a sua extensão territorial, bem como articulação com os programas e políticas dos governos nacionais.
- Fortalecer a governança das cidades intermediárias, promover o desenvolvimento regional e as ligações urbano-rurais – arranjos inovadores de governança e buscar como alvo políticas para consolidar o papel das cidades de tamanho médio como centros regionais, desenvolver estratégias e planos regionais integrados, melhorar as complementariedades entre cidades e municípios no nível subnacional através da coordenação e de mecanismos colaborativos entre os governos locais e regionais.
- Políticas aprimoradas para apoiar parcerias mais amplas nos governos locais, incluindo a coprodução de serviços e bens públicos, envolver o setor privado e as comunidades locais, integrar o setor informal no tecido urbano e transpor coletivamente lacunas institucionais e de recursos.
- Abordagem territorial – arranjos de governança para macrorregiões e territórios regionais através do suporte às cidades de tamanhos médios e a colaboração urbano-rural: desenvolvimento de estratégias e planos, mecanismos de coordenação entre governos locais.
- Uso de tecnologias “inteligentes” para uma administração pública inovadora, participação e responsabilidade, reduzir os impactos urbanos ambientais, dados desagregados ao nível local para apoiar o planejamento local e monitoramento do desenvolvimento urbano e encorajar a participação e prestação de contas dos cidadãos.
- Liderança feminina e governança local responsiva às questões de gênero, conscientes das necessidades específicas das mulheres e homens e estimulando participação igualitária nas tomadas de decisões locais e formulação de políticas para uma governança mais inclusiva, balanceada e dinâmica.
- Tomadas de decisões participativas nas cidades e cidadania ativa através de plataformas que engajem jovens, mulheres, minorias, comunidades e todos os cidadãos, diálogo contínuo e estruturado, consultas significantes, e outras formas de compromissos construtivos entre instituições locais e atores não estatais para garantir o empoderamento inclusivo a longo prazo de todos no processo de tomada de decisão da cidade.
- Cidades como modelos para a melhoria das relações Estado-sociedade nos Estados frágeis – esforços para promover relações Estado-sociedades construtivas, comunidades seguras e justas, mercados inclusivos, provisão de serviços básicos, e geração de lucro sustentável.
- Cooperação cidade-a-cidade como modalidade de troca colaborativa e em modo de pares entre cidades, funcionários administrativos e líderes eleitos para o desenvolvimento de capacidades, baseado na cooperação norte-sul e sul-sul e no apoio das associações dos governos locais.



A Nova Agenda Urbana não funcionará até que “todas as partes interessadas relevantes, sob uma liderança forte dos governos locais, juntarem suas forças e estabeleçam estruturas permanentes de diálogo para assegurar que as cidades sejam espaços de oportunidades para todos”.

Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.

Este Documento Temático foi co-dirigido pelo PNUD e ONU-Habitat com contribuições da UNDESA, UNFPA, CBD e ONU Mulheres.

Documento traduzido livremente por Larissa Lopes, através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada pela Equipe Brasil (ONU-Habitat).